

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**VANESSA HÃTXU DE MOURA KARAJÁ**

**O SIGNIFICADO DA ENTRADA E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES  
INDÍGENAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS – “PROGRAMA  
DE ÍNDIO” É ESTUDAR:  
a UFG em questão.**

Goiânia  
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

**1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)**

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): Vanessa Hätxu de Moura Karajá

Título do trabalho: **O SIGNIFICADO DA ENTRADA E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS** - "Programa de índio" é estudar: a UFG em questão.

**2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [ ] NÃO<sup>1</sup>**

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

**Casos de embargo:**

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

**Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Helou Gomide, Professor do Magistério Superior**, em 11/06/2021, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **VANESSA HATXU DE MOURA KARAJÁ, Discente**, em 14/06/2021, às 09:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Bianca Do Amaral Ribeiro, Professora do Magistério Superior**, em 14/06/2021, às 13:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2128115** e o código CRC **C9574205**.

**VANESSA HÃTXU DE MOURA KARAJÁ**

**O SIGNIFICADO DA ENTRADA E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES  
INDÍGENAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS – “PROGRAMA  
DE ÍNDIO” É ESTUDAR:  
a UFG em questão.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de graduação apresentado ao curso de pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

**Orientadora:** Prof. Dra. Cristina Helou Gomide

Goiânia  
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

KARAJÁ, Vanessa Hãtxu De Moura  
O SIGNIFICADO DA ENTRADA E PERMANÊNCIA DE  
ESTUDANTES INDÍGENAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS  
BRASILEIRAS - \*Programa de Índio\* é estudar: a UFG em questão.  
[manuscrito] / Vanessa Hãtxu De Moura KARAJÁ. - 2021.  
46 f.

Orientador: Prof. Cristina Helou Gomide .  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade  
Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FÉ), Pedagogia, Goiânia,  
2021.

Inclui abreviaturas, tabelas, lista de tabelas.

1. Ensino Superior. 2. Universidade. 3. Povos Indígenas. 4.  
Ciência. 5. Políticas Públicas . I. , Cristina Helou Gomide, orient. II.  
Título.

CDU 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

### ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao(s) 14 dia(s) do mês de maio do ano de 2021 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado **O SIGNIFICADO DA ENTRADA E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS - "Programa de índio"** é estudar: a UFG em questão., de autoria de Vanessa Hãtxu de Moura Karajá, do curso de Pedagogia, do(a) Faculdade de Educação da UFG. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Profa Dra Cristina Helou Gomide e Profa Dra Miriam Bianca do Amaral Ribeiro com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Izabela Maria Tamasso CS-UFG e Jean Tiago Baptista CS-UFG. Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição do(a) estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 10,0, tendo sido o TCC considerado Aprovada.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Helou Gomide, Professor do Magistério Superior**, em 31/05/2021, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Izabela Maria Tamasso, Professora do Magistério Superior**, em 01/06/2021, às 19:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **VANESSA HATXU DE MOURA KARAJÁ, Discente**, em 14/06/2021, às 09:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jean Tiago Baptista, Professor do Magistério Superior**, em 14/06/2021, às 13:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2103107** e o código CRC **D5EF809E**.

## AGRADECIMENTOS

*(TXIKÒTÒÈTUKÈ)*

Quero Primeiro agradecer a *Deuxú* (Deus), por toda sabedoria e coragem, por ter me guiado até aqui. Agradeço meus pais: (*Waha*) Claudinei Moura da Silva e (*Nadi*) Vanete Inaruki Karajá por ter me incentivado a estudar, e por isso fui primeira da minha família a ingressar e concluir um curso superior.

Não posso esquecer de mencionar aqui, a querida *wabikowà* Hitatiane Kawalá Karajá (*in memorian*) e sua família, que me apoiou no início da minha trajetória acadêmica, quando eu ainda estudava na UFT. A meu companheiro e esposo (*Wahabu kie kie*) Leomar Wainnê Xerente, pelas palavras de apoio, encorajadoras. Sempre acreditou e se orgulha tanto de mim. A minha querida Sogra Concita Popradi e minha mãe que cuidaram dos *Waritxore* (meus filhos): Thayná Waiti Kuahiru e David Mahalani'i quando eu estava nessa caminhada na trajetória acadêmica.

A toda minha família, meu povo Iny/Karajá, irmãos, amigos e meu avós: (*Walabikè*) João Lutari Karajá e (*Walahi*) Joana Kutemy Javaé, minha raiz de ancestralidade, força e coragem, meu amado sogro João Kasuwamri pelos conselhos e atenção de um ancião.

A minha queridíssima orientadora Cristina Helou Gomide pelo carinho e atenção. Por ser essa professora sensível, radiante e generosa que tanto admiro.

*Desde a colonização a tentativa foi/é calar nossas vozes*

*Mas não somos um, somos milhares!*

*Sou Vanessa Karajá*

*E minhas sementes brotarão no chão da nossa Terra*

*Nosso nome é RESISTÊNCIA, viva o Tekohá (Território Ancestral)!*

*Txikòtòètukè!*

(Muito obrigado!)

*Precisamos segurar a mão na caneta,  
Mas também não podemos perder de vista  
o sustentar a mão no maracá.  
Precisamos segurar a mão na caneta,  
Mas não perder de vista o cantar do pássaro,  
Da observação do tempo.  
Precisamos entender na ciência do território  
e na ciência da Universidade.*

*(Célia Xakriabá)*

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo refletir e analisar a presença indígena na Universidade e mostrar a importância das epistemologias nativas dos povos indígenas brasileiros. O título refere-se a este processo dos indígenas no espaço acadêmico que envolve saberes e fatores que influenciam a sua permanência e também a sua evasão. Nessa perspectiva o presente trabalho é estruturado por uma introdução e dois capítulos. Na introdução, a trajetória da autora é o fio condutor da reflexão e análise da presença de estudantes indígenas na Universidade. O primeiro capítulo busca compreender o significado e implicações da Universidade para os povos originários e as diferentes concepções sobre ciência indígena e não indígena. O segundo capítulo destaca o Programa UFGInclui implementado na Universidade Federal de Goiás em 2008; expõe a forma de ingresso neste programa e a estratégia para permanência ou evasão para os estudantes indígenas. Metodologicamente essa pesquisa utiliza abordagem qualitativa. Como instrumento para coleta de dados se apoia na revisão de literatura, na análise de publicações de autores indígenas e não indígenas, priorizando os primeiros. Ressaltamos que “Programa de Índio” é estudar! Reivindicando nossos direitos originários, lutamos e somos RESISTÊNCIA.

**Palavras-chave:** Universidade. Povos indígenas. Ciência. Políticas Públicas.

## ABSTRACT

The work of this course; in conclusion, aims at reflecting and analyzing the Indigenous presence at the University level and at demonstrating the importance of the Indigenous epistemologies of Brazilian Indigenous peoples. In this way, the title refers to the process of Indigenous people in the academic space that involves knowledge and factors that influence their permanence or evasion. From this perspective, the present work is structured within the introduction and the two chapters. In the introduction, the trajectory of the author is the guiding thread to reflect and analyze the presence of Indigenous students at the University. The first chapter seeks to understand the meaning and implications of the University for the Original.

peoples and the different concepts about the Indigenous and non-indigenous science. The second chapter highlights the “UFGInclui Program” implemented at the Federal University of Goiás in 2008; it exposes, to the Indigenous students, how to enter and the strategy to remain or to evade this program. Methodologically, this research is configured as a qualitative approach. It uses as a tool for data collection the literature review and the analysis of publications by Indigenous and non-indigenous authors, but prioritizing the former. Lastly, it emphasizes that “Programa de Índio” is to study! To claim our original rights is to fight and to remain as a force of RESISTANCE.

**Keywords:** University, Indigenous Peoples, Science, Public Policies.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

CAAF - Coordenação de Ações Afirmativas  
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CIMI - Conselho Indigenista Missionário  
CIP - Coordenação de Inclusão e Permanência  
CEU - Casa do Estudante Universitário  
CONSUNI - Conselho Universitário  
CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
FUNAI - Fundação Nacional do Índio  
GO - Goiás  
IES - Instituições de Ensino Superior  
IFES - Instituições Federais de Ensino Superior  
LDB - Lei de Diretrizes e Bases Da Educação  
PASE - Política de Assistência Social Estudantil  
PBP - Programa Bolsa Permanência  
PIMI - Programa de Monitoria Indígena  
PRAE - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis  
PUC - Pontifícia Universidade Católica  
PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil  
RU - Restaurante Universitário  
MEC - Ministério da Educação  
UNEIQ - União dos Estudantes Indígenas e Quilombolas  
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso  
UFT - Universidade Federal do Tocantins  
UFG - Universidade Federal De Goiás  
UNI - União das Nações Indígenas

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| INTRODUÇÃO.....  | 10 |
| 1. “INDÍGENA NÃO É FANTASIA”: A IMPORTÂNCIA DA UNIVERSIDADE PARA OS<br>POVOS INDÍGENAS .....   | 19 |
| 1.1. Desafios dos estudantes indígenas na entrada e permanências nas Instituições de Ensino<br>Superior Brasileiras .....  | 24 |
| 1.2. Bolsas/Auxílio financeiro de assistência estudantil: Alicerce de apoio de permanência dos<br>estudantes indígenas na Universidade .....   | 28 |
| 2. Ingresso e Permanência dos estudantes indígenas na Universidade Federal de Goiás –<br>Políticas Públicas que impactam muitas vidas: Universidade, um direito a ser garantido. <sup>32</sup> |    |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....   | 41 |

## INTRODUÇÃO

*Somos antes de tudo pessoas pertencentes aos Povos Originários  
e caminhamos com nossa ancestralidade  
e compromisso com nosso Povo.  
As presentes palavras partem de nossos saberes ancestrais  
e das forças encantadas da natureza presentes na luta  
pelos Direitos do Povos Originários,  
especialmente o Direito ao Território, Alteridade e Autonomia.  
(ANGATU, 2020, p. 62)*

Antes de iniciar a descrição e apresentação deste trabalho de conclusão de curso, humildemente peço a benção de Deuxú (Deus), e da minha família, das mulheres indígenas, do meu povo Iny e da minha ancestralidade. Que as palavras escritas neste trabalho possam ser como flechas certeiras que levam o conhecimento e esclarecimentos das situações vivenciadas pelos estudantes indígenas nas universidades deste país, e específico na Universidade Federal de Goiás. Contemporaneamente, nós povos indígenas percebemos o valor de estudar e escrever por isso escrevo “Ao escrever, dou conta da minha ancestralidade; do caminho de volta, do meu lugar no mundo” (GRAÚNA apud MUNDURUKU, 2018, p. 83).

Este trabalho, o leitor terá a oportunidade de perceber, que o intuito não é seguir as regras acadêmicas, por isso traz consigo uma pitada de transgressão, sobretudo porque visa apresentar um pouco de como nos colocamos no mundo, como o vemos e sentimos. Nesse sentido, a introdução já se inicia assim, por temáticas, mapeando a trajetória dessa que vos fala.

*Quem sou, por que estudar um curso de ensino superior e afinal o que é Programa de Índio?*

Quem nunca escutou a frase “programa de índio” para se referir a alguma coisa que teve que fazer, mas lhe pareceu uma “grande furada”? Nesse caso “programa de índio” aparece como uma expressão de atividade pejorativa ou desagradável. Pois eu vou começar dizendo que programa de índio é reafirmar nossas práticas culturais e ocupar os espaços do cenário nacional de forma inclusiva. Programa de índio é o que nos realiza e dignifica, seja na forma de trabalho e interação nas comunidades tradicionais ou nas cidades, nas escolas ou nas universidades, dentro e fora das aldeias. Programa de índio é desconstruir o caráter pejorativo e estereotipado que essa expressão carrega.

Nesse sentido, o presente trabalho busca demonstrar o papel que exerce a entrada e permanência de estudantes indígenas na Universidade pública brasileira. Nessa perspectiva, o objeto de estudo deste trabalho está em investigar a produção do conhecimento dentro da Universidade a partir do olhar indígena, trazendo, assim, os desafios de estudantes indígenas no acesso e permanência neste espaço. Como não poderia deixar de ser, a pesquisa será realizada por mim, uma indígena que hoje está na Universidade Federal de Goiás, cursando Pedagogia na Faculdade de Educação, onde o campo da pesquisa abre suas portas para o olhar sensível dessa pesquisadora que aqui está. Diante disso “aqui, peço licença aos nossos ancestrais para expressar o que vem da minha alma” (GRAÚNA, 2012, p. 272).

Nesse sentido, nos perguntamos, como fazer para que de fato a inclusão aconteça, não se limitando apenas à entrada, mas também à continuidade no espaço acadêmico de forma qualitativa? Nesse sentido, primeiro tratarei das minhas experiências pessoais, lembrando, porém, que para nós indígenas, nossas trajetórias pessoais retratam práticas e sentimentos coletivos. E é justamente diante desse quadro que antecipo que não sei se tenho respostas, mas tenho buscado saída, ora fazendo críticas, ora mostrando as dificuldades que nos cercam do início à finalização de um curso universitário.

No primeiro momento, trago neste trabalho minhas sensibilidades, apontando minhas experiências como estudante e minha origem. Particularmente pertenço ao povo Iny, mais conhecido como Karajá, povo indígena que vive às margens do Rio Araguaia, que se localiza nos estados: Mato Grosso, Tocantins, Goiás e Pará. Conforme a cosmologia e anciões(ãs) de meu povo viemos do fundo do Rio Araguaia (Berohokỹ).

Nós, Iny, temos o entendimento e acreditamos que morávamos no fundo do Rio Araguaia, para nós chamado de Berohokỹ. Dali, os Iny em sua maioria, saíram para a superfície, e para nós é significativo o lugar “Iny-seduna” que se localiza na ponta norte da Ilha do Bananal, atualmente próximo da aldeia Macaúba. No fundo do rio, diz que não havia doenças e nem a morte. Entretanto, nossos ancestrais, curiosos com o mundo desconhecido que havia além de um orifício, na superfície da água, atravessaram esse meio aquático. Woubedu, curioso, foi a primeira pessoa a sair para esta superfície. Quando voltou à seu lugar de origem e contou aos demais o que viu durante seu passeio aqui fora, todos ficaram encantados com o que ouviam a respeito da imensidão e da beleza do Rio Araguaia. Com isso, tiveram muita vontade de conhecê-lo. A família do Kobo diz que não saíram do fundo do rio, porque a barriga dele era enorme demais, e ele, na sua primeira tentativa saiu só a metade. Sem conseguir subir, resolveu habitar por lá mesmo. Mesmo sem ter saído, ele percebeu que nesse lugar a morte existia, porque, à primeira vista, viu uma árvore derrubada, o que nunca havia visto quando morava no fundo do rio. Segundo os anciões, essas pessoas foram os primeiros que saíram com seus familiares junto com Woubedu, Lãriwa e Umua. Este último estava acompanhado com duas de suas esposas, Hariwaki e Isidi (HANI KARAJÁ, 2015, p. 16).

Na verdade, não tinha muita perspectiva, nunca pensei que um dia chegaria a ingressar em uma universidade, embora meus pais sempre tenham me incentivado. Digo isso porque cresci em uma comunidade indígena chamada Lago Grande, no município de Santa Terezinha-MT. Nesta comunidade, ainda não demarcada, minha mãe cuidava dos cinco filhos e meu pai, um homem negro não indígena e sem estudos, tornou-se pescador de peixes depois que se casou com minha mãe. Tive uma infância muito dura e já passei por muitas necessidades. Ainda na adolescência engravidei, tive meu primeiro filho aos 17 anos, e apesar das dificuldades por mim vivenciadas, tive coragem e vontade de correr atrás de meus sonhos. Fui a primeira pessoa da minha família a ingressar em uma Universidade e, com certeza, a primeira a concluir o ensino superior.

Nossos anciões ensinam que é bom sonhar, mesmo quando estamos acordados. Estes sonhos oferecem força e horizonte (perspectiva) à nossa luta de resistência, que já dura mais de 500 anos (ANGATU, 2020, p. 61).

Em 2014, conseguir ingressar no curso de Ciências Contábeis na Universidade Federal do Tocantins (UFT) e agradeço o apoio dos meus pais, que cuidaram do meu primeiro filho durante minha trajetória acadêmica. Na UFT passei por muitas dificuldades e recebi pouco amparo da Universidade, lembro que nós, estudantes indígenas, pagávamos a nossa alimentação no Restaurante Universitário (RU) e não tínhamos nenhum auxílio financeiro ou bolsa de assistência estudantil como apoio aos estudantes indígenas na época. Confesso que foi um período de muito choro e fome! Após esses desafios, decidi ingressar depois na Universidade Federal de Goiás (UFG), no ano de 2015, e foi nesse espaço que conheci meu companheiro e agora caminhamos juntos, na vida privada e na trajetória acadêmica.

Logo no início de minha graduação em Ciências Biológicas (licenciatura) na UFG, engravidei da minha segunda filha, na época morava na Casa do Estudante Universitário (CEU) e, segundo as normas da UFG, após o nascimento da criança eu tinha que sair da Casa do Estudante, pelo fato de não ser permitido morar com crianças. Retornei à comunidade de origem de meu companheiro e fiquei na comunidade durante 2 anos. Em 2017, voltei a estudar na UFG, mas dessa vez conseguir ingressar no curso de Pedagogia, as dificuldades enfrentadas na cidade são muitas e, por isso, eu e meu companheiro optamos por deixar minha filha com minha sogra na Aldeia Mrãiwahã-Tocantins e meu filho com minha mãe na cidade de Santa Terezinha-Mato Grosso, isso aconteceu no início da graduação em Pedagogia. Foi difícil deixar minhas crianças e eu sofri muito! Mas estou ciente que deixei eles pelo bem

deles e do meu povo. Preciso estudar mesmo que fosse necessário sacrificar momentos que jamais voltam, por exemplo: não vi quando minha filha aprendeu a andar e a falar.

Não foi fácil, eu estava amamentando a minha filha Thayná Waiti Kuahiru Xerente. Quantas vezes chorei, e ainda choro! Ser estudante, mãe e indígena é nada fácil; mas somos persistentes, não sou a primeira nem a última estudante indígena a passar por isso. Esse é um dos desafios que as mulheres e mães indígenas passam na universidade (MOURA KARAJÁ, 2020, p. 45).

Acredito que a minha filha veio para me dar força e coragem para lutar, seguir em frente e para me lembrar da importância e reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e do conhecimento originário. Conforme Quintiliano (2019, p. 105),

Um dos casais do UFGInclui Leomar Xerente e Vanessa Karajá dentre outros, e como toda família ao receber a notícia da chegada de uma criança, quer festejar. Fizemos o chá de fraldas deles que aconteceu na reunião e logo após tivemos o lanche e o chá. Com o nascimento do bebê, outras demandas passaram a ser prioridades essenciais para a sobrevivência da família e Vanessa passou a questionar o espaço acadêmico que não acolhe a mãe estudante com seu filho, não tem acesso à creche, moradia estudantil. A assistência social da UFG tinha o discurso de que a bolsa MEC no valor de R\$ 900,00 era suficiente para a permanência. Vanessa indagava “se fossem vocês? Viveriam com o valor dessa bolsa?” e acrescentava que se nós morássemos na aldeia, não precisaríamos estar discutindo isso porque lá temos tudo que precisamos para a criação da minha filha.

Após vários embates, com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis-PRAE/UFG conseguimos o auxílio denominado Bolsa Moradia e depois a Bolsa Canguru (destinados a estudantes com filhos menores de 5 anos), tais auxílios financeiros foram estendidos para estudantes de classes baixas que atendesse os critérios dos editais, mas a concessão das bolsas ocorreu de forma processual, de forma lenta, e eu só consegui estas bolsas, depois que deixei as crianças com entes queridas mencionadas.

Durante minha trajetória, como estudante e mulher indígena, aproveitei os espaços para falar e lutar pelo reconhecimento dos direitos dos povos originários na universidade, afirmando as diferenças sociais, culturais e econômicas dos estudantes indígenas. Eu e meu companheiro estamos na luta de tentar formar e obter o título de um curso no ensino superior e com a tarefa de tentar indigenizar<sup>1</sup> o espaço Universitário.

Ainda em 2017, minha mãe Vanete Inaruki Karajá, conseguiu ingressar no curso de Letras (português) e minha irmã (Cláudia Berixa Moura Karajá) no curso de Ciências

---

1 Indigenizar é um termo usado por Célia Xakriabá, para referir a tentativa de transformar o espaço acadêmico, a ciência e o conhecimento científico com a presença indígena.

Biológicas na UFG. O que foi uma alegria para mim, pois minha família iria para perto e assim poderiam trazer meu filho que estava vivendo com meus pais.

Como sabemos, morar na cidade é um desafio e possuo gastos que em comunidades tradicionais não possuo. Diante das dificuldades enfrentadas, meu pai (Claudinei Moura Da Silva) desempregado, minha mãe e irmã ingressantes e meus demais irmãos passaram por situações difíceis. Meu pai, tentou arrumar emprego e, após três dias que conseguiu um emprego formal, sofreu um grave acidente, que fraturou as duas pernas e, infelizmente, uma das pernas de meu pai foi amputada. Meu pai ficou três meses internado em uma unidade hospitalar em Goiânia-GO e passou meses em recuperação. Neste período, tive uma rotina conturbada, entre acompanhar meu pai em um hospital e frequentar minhas aulas na Universidade.

Confesso que pensei em desistir. Este período foi muito difícil para mim e para a minha família, refleti muito sobre isso e até me culpei! Pensei que, talvez, se eu não estivesse em uma Universidade, minha família não viria atrás de mim.

Apesar dos desafios enfrentados por mim e por minha família, seguimos na luta! Luta que não é fácil! De acordo com Paulo Freire, a educação muda e transforma pessoas, e pessoas mudam o mundo, por isso, vimos na educação uma possibilidade de transformar nossas vidas, a nossa sociedade e a própria universidade, para que sejam mais justas e democráticas. Essa luta dói, mas reconhecemos que este seja o único caminho para melhorias. Estudar e escrever para nós, povos indígenas, está se tornando uma necessidade, um instrumento de luta, de resistência, de defesa e de enfrentamento pelos direitos originários. A luta por demarcar a universidade com nossos corpos é dolorida, sofremos com discriminações, exclusões e com o racismo estrutural, mas, apesar de tudo, resistimos!

Os povos originários desde sempre escreveram, cada um com seu formato, materiais e linguagens – desde as pinturas rupestres, às tecelagens, colares, cerâmicas, vestimentas, escudos, armas e utensílios em geral, sobretudo o modo especial pelo qual a palavra manifesta no espaço sagrado da ancestralidade, como, igualmente, a mística das pajelanças e a resistência guerreira são retroalimentadas nas experiências da Literatura Indígena, isto é, na gênese do *ethos* aborígene. Essas autorias são vozes empoderadas, graças ao lugar de onde falam, escrevem e têm as suas origens, histórias, culturas, identidades e sobre (vivências) (RIBEIRO, 2020, p. 78).

Ao longo dos séculos lutamos por mais dignidade, respeito e, acima de tudo, reivindicamos nossos territórios ancestrais, pois em muitos casos os povos indígenas de diversas etnias, foram expulsos de suas terras, desde que aconteceu o marco histórico chamado de “Descobrimento do Brasil”, que corresponde a primeira invasão do território

indígena. Em busca de direitos e com objetivos de trabalhar, de apoiar e de compor a linha de frente da luta do movimento indígena e de suas comunidades de origem, estudantes pertencentes aos povos originários, se arriscam na tentativa de adentrar em outro território, mas este território é o território universidade.

Sair da aldeia e ingressar na universidade é um desafio enfrentado por muitos indígenas e uma decisão que não é fácil de ser tomada, viver em comunidade é divergente de viver em uma sociedade individualista, onde os interesses não são coletivos e sim individuais. Além disso, existem expectativas das comunidades de origem acerca desses estudantes indígenas.

O acadêmico, ao iniciar sua carreira estudantil na universidade é apoiado por toda a comunidade indígena, sendo que, esta comunidade de origem aguarda pelo seu retorno contribuindo com subsídios de conhecimentos científicos adquiridos na academia para serem trabalhados juntos com a comunidade. Sendo este o objetivo maior em sua ida às instituições, para as contribuições ao regressar e assim trabalharem em conjunto com as nossas “lideranças tradicionais” (GABRIEL, 2015, p. 158).

## **A pesquisa e seus pressupostos**

No entanto, a presente pesquisa visa demonstrar a importância das epistemologias nativas dos povos indígenas brasileiros para toda a sociedade, especialmente para o espaço da Universidade, onde os parâmetros de ciência dizem respeito à lógica não indígena. Como parte desta pesquisa, buscamos compreender importância da Universidade para os povos indígenas, e, para isso, realizamos uma análise de como está sendo a inclusão, ingresso e permanência dos indígenas na Universidade, problematizando as dificuldades enfrentadas nessa trajetória.

Desta forma, o objetivo de estudo, neste Trabalho de Conclusão de Curso, é trazer a necessidade de reconhecimento das epistemologias indígenas e, desse modo, a diversidade de concepção do conceito de ciência, sobretudo, demonstrando a concepção de ciência para os povos indígenas: tal concepção é construída centrada nos valores do bem viver. Segundo Luciano (2009, p. 33), “a natureza é fonte de todo conhecimento. Cabe ao ser humano desvendar, compreender, aceitar e contemplar”.

Para realizarmos tais reflexões, traremos aqui a discussão sobre o conceito de ciência. Embora nossa proposta seja realizar um trabalho na perspectiva dos povos indígenas, traremos

a abordagem de outros dois autores: Linda Tuhiwai Smith (2018) e Maria Amália Pie Abib Andery (2007).

Dessa forma, Linda Tuhiwai Smith (2018) ressalta a importância dos povos indígenas no fazer da Ciência e a forma como os povos indígenas vêm sendo silenciados, revelando as contribuições no fazer epistemológico a partir da nossa perspectiva, aqui e nas universidades pelo mundo. Os interesses sobre o conhecimento indígena são divergentes, e coloca em evidência os dois lados de interesses: o ocidente e a resistência dos povos indígenas.

Smith (2018) alerta sobre o poder da pesquisa científica, os povos indígenas vêm sofrendo as consequências do colonialismo, que também aparece nas pesquisas científicas. A necessidade da descolonização e desconstrução do conhecimento científico, é importante para construção de universidades democráticas.

Conforme Andery (2007) o homem é um ser que se diferencia dos animais, pois a ação humana é consciente, intencional e planejada. A ação humana transforma a natureza, como ser consciente constrói conhecimentos e ciência, e tais conhecimentos são transmitidos através da educação e cultura. As transformações do homem e da sociedade evidenciam os conflitos entre classes e os interesses dominantes existentes na sociedade e também na Universidade. Nesta perspectiva, a Universidade se constitui espelho da sociedade capitalista, cujas características se baseiam nas bases econômicas e na propriedade privada.

De acordo com Andery (2007),

A ciência caracteriza-se por ser tentativa do homem entender e explicar racionalmente a natureza, buscando formular leis que, em última instância, permitam a atuação. Tanto o processo de construção do conhecimento científico quanto seu produto refletem o desenvolvimento e a ruptura ocorridos nos diferentes momentos da história (p. 13).

Dessa forma, os povos indígenas como sujeitos conscientes e pertencentes a cada momento histórico na constituição do Brasil, reivindicam o reconhecimento da Ciência Originária e a sua participação na construção do conhecimento científico.

Metodologicamente essa pesquisa se configura como abordagem qualitativa e utiliza, como instrumento para a coleta de dados, a revisão da literatura e análise de publicações de autores indígenas e não indígenas, mas priorizando os primeiros. Acreditamos que essas visões dos povos originários são semelhantes em relação a importância da Universidade e a entrada e permanência de estudantes indígenas nas instituições de ensino superior, por isso, trataremos autores diversos para contribuir com nossas reflexões.

Este estudo teve como aporte principal as obras de Baniwa ou Luciano (2009; 2010), para analisar as ações afirmativas voltadas aos povos indígenas e os conceitos de Ciência na concepção dos povos indígenas. Além de Krenak (2018) e Xakriabá (2018), que trouxeram contribuições importantes, sobre a presença e papel dos estudantes indígenas nas Universidades e análises sobre o papel da Universidade como centro de validação do conhecimento científico.

Nascimento (2016) destaca que a presença indígena no ensino superior é um fenômeno recente e Luciano (2006) ainda afirma que as ações afirmativas de inclusão de indígenas nas Universidades se iniciaram no início da década de 1990, através de convênios com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Universidades públicas e privadas, sendo que a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) se destacou nesta iniciativa de ações afirmativas.

Para Gabriel (2015) e Moura Karajá (2020), os estudantes indígenas passam por muitas dificuldades na Universidade, e o primeiro desafio é ter a coragem de sair de suas comunidades para ir para cidades que possuem instituições de ensino superior, as autoras destacam o desejo dos indígenas de ingressar nas universidades, lutar para permanecer e após concluir seus cursos de graduação e pós-graduação e retornarem a suas comunidades de origem.

Os povos indígenas possuem conhecimentos milenares, Kaingang (2019) enfatiza que, ainda que os conhecimentos indígenas sejam inferiorizados e colocados como categoria subalterna, acreditamos que é necessário o reconhecimento destes conhecimentos, para desconstrução do etnocentrismo existente. Peralta (2009) e Baniwa (2013) revelam o interesse dos povos indígenas de compartilhar seus valores e conhecimentos.

Diante do que foi exposto, unindo as experiências vividas à leitura bibliográfica, dividimos esse trabalho em dois capítulos: no primeiro, buscaremos compreender a importância da Universidade para os Povos Indígenas; e no segundo, analisaremos como está sendo a inclusão, ingresso e permanência dos indígenas na Universidade, problematizando as dificuldades enfrentadas nessa trajetória. Ao final, desejamos ter respondido sobre a importância da presença do estudante indígena na Universidade e sua contribuição na produção da ciência em um ambiente cuja lógica é não indígena.



# 1. “INDÍGENA NÃO É FANTASIA”: A IMPORTÂNCIA DA UNIVERSIDADE PARA OS POVOS INDÍGENAS

*Os povos indígenas há tempos vêm sofrendo com a falta de conhecimento da sociedade sobre quem são e como vivem. Na busca de manter sua cultura viva procuram conhecer a educação que vem das Universidades e fazem desse conhecimento uma ferramenta não apenas de registro, mas também de informação (KAMBEBA, 2018, p. 40).*

Por que começamos esse capítulo com o título “índigena não é fantasia”? Comumente se vê nas escolas, no carnaval e no dia 19 de abril – que para nós povos originários não é “dia do índio” e sim dia da resistência indígena – que as crianças são vestidas com vestimentas que lembram a roupagem tipicamente indígena, reproduzem grafismo corporais indígenas e o uso de cocar (muitas vezes feitos de EVA), caracterizando nossa cultura como fantasia. Esse não é o assunto que vamos abordar aqui, mas pensar sobre isso tem tudo a ver com o que vamos colocar em debate.

Incluir estudantes indígenas na Universidade não significa somente levar indígenas para espaços antes distantes de nós, significa sobretudo apresentar nossa cultura – a cultura dos povos originários – inclusive nossas práticas culturais que, como as práticas de outras culturas, têm suas formas de vestimenta, tradição e, portanto, não somos fantasia. Desse modo, adentrar na Universidade, além de ascensão, também é uma oportunidade de dizer quem somos, à vista disso, ainda que não seja o objetivo deste trabalho, este TCC ajudará a desconstruir os estereótipos construídos sobre nós, povos originários.

No decorrer dos anos, através de políticas públicas de inclusão, foi possível que nós indígenas pudéssemos adentrar na Universidade, mas passamos séculos sem direito de acesso a esse espaço. Para Luciano (2006, p. 163), “a cultura política e acadêmica sempre foi o baluarte do processo dominador e colonizador das sociedades ocidentais europeias, razão pela qual sempre mantiveram as portas das universidades cerradas para os povos colonizados”.

Cabe destacar a influência do Movimento Indígena, que de acordo com Munduruku (2012), desde que nasceu, a partir de 1970, vem se fortalecendo e protagonizando conquistas importantes em termos de direitos dos povos indígenas do Brasil. Em 1982, nasceu a União das Nações Indígenas (UNI), com apoio de entidades da sociedade civil, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e da articulação de lideranças indígenas. A UNI teve um protagonismo importante para aprovação do artigo 231, que se refere ao direito territorial dos povos originários, na Constituição Federal de 1988. Assim, o movimento indígena contribuiu

de alguma forma para que os direitos indígenas fossem conquistados, e até mesmo para entrada dos estudantes indígenas na Universidade. Ao longo dos anos o Movimento Indígena Brasileiro se fortalece, lideranças e representantes indígenas de diversas etnias se somam, para juntos realizar as demandas e reivindicações dos povos indígenas.

Nascimento (2016) analisa a educação superior indígena como fenômeno recente para a história da educação brasileira e para história de vida dos povos indígenas. A lei nº 12.711, de agosto de 2012 e as implementações de ações afirmativas nas universidades correspondem a outras formas de abertura para que sujeitos indígenas pudessem ingressar nas Instituições de Ensino Superior (IES). Reconhecemos a importância da aprovação da conhecida lei de cotas, pois é sabido que temos um sistema de educação desigual, mas, para a superação das desigualdades, é necessário a implantação de uma educação de qualidade para todos.

O sistema de cotas tem exatamente o propósito de amenizar e de corrigir, pelo menos em parte, a vergonhosa desigualdade e injustiça das práticas tradicionais de seleção adotadas pelas universidades brasileiras. É absolutamente desigual e injusto que estudantes indígenas de aldeias, negros das periferias das grandes cidades, que durante toda a vida vivenciaram as péssimas condições do ensino público, concorram a algumas pouquíssimas vagas nas universidades com os filhos das elites que sempre estudaram nas melhores escolas privadas ou públicas e ainda puderam contar com seletos cursos preparatórios especializados (LUCIANO, 2007, p. 165).

É importante ressaltar que mesmo que leis sejam aprovadas, não significa que estejam sendo efetivadas e cumpridas, como é o caso da Constituição Federal/1988 que registra direitos, tanto na Educação, como na saúde e em relação ao direito territorial dos povos indígenas. A constituinte brasileira registra nossos direitos e o dever do estado em cumpri-los, mas esses direitos não estão sendo respeitados, e se tornaram luta do Movimento Indígena Brasileiro.

A presença indígena na universidade é algo contemporâneo, na atualidade tem estudantes indígenas cursando licenciaturas interculturais, programa que o objetivo é a formação de professores indígenas e também nos cursos regulares nas universidades (licenciaturas e bacharelados). Cabe destacar que

as primeiras experiências de ações afirmativas propriamente ditas envolvendo estudantes indígenas remontam ainda ao início da década de 1990, feitas por meio de convênios entre a FUNAI e algumas universidades públicas e privadas, como aquela que permitiu o ingresso de um grupo de estudantes indígenas na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) no começo dessa década (LUCIANO, 2006, p. 163).

O interesse dos povos indígenas pela universidade advém da marginalização à qual são postos, podendo ser vista tanto nas comunidades quanto nas cidades. Diante disso, o desejo por formação acadêmica se torna um instrumento de luta.

Hoje precisamos estudar o código dos não-indígenas, utilizados muitas vezes para nos prejudicar, pois não se mata um povo somente na bala, se mata também tirando sua língua, religião, cultura, mata, água etc. Devemos nos recuperar do que fizeram conosco, porque nossa ciência, história, geografia e conhecimento não servem somente para nós, mas para o planeta. Somos raiz da ciência e da história, e às vezes não estamos nessa porque antigamente não escrevíamos; quem escreveu, o fez de seu modo, do jeito não indígena, mas hoje percebemos o valor de escrever e de estudar (PERALTA, 2009, p. 40).

Na busca de melhorias e autonomia, esta formação acadêmica possibilita que nós indígenas ocupemos espaços como professores, enfermeiros, médicos, advogados nas comunidades indígenas e também nas cidades. Pois o número de profissionais não indígenas que trabalha em territórios indígenas é grande: pessoas empregadas nas escolas e também na área da saúde indígena.

Basta analisar o fato de que os interesses dos povos indígenas pelo ensino superior estão relacionados à aspiração coletiva de enfrentar as condições de vida e marginalização, na medida em que veem a educação como uma ferramenta para promover suas próprias propostas de desenvolvimento, por meio do fortalecimento de seus conhecimentos originários, de suas instituições e do incremento de suas capacidades de negociação, pressão e intervenção dentro e fora de suas comunidades. [...] Os indígenas formados nas universidades acumularam conhecimentos novos, que os capacitaram a uma visão crítica e transformadora, e ao retornarem para suas comunidades estarão sedentos de contribuir para as mudanças que precisam ser feitas pela comunidade para melhorar as condições de vidas das pessoas (LUCIANO, 2010, p. 8-9).

A formação acadêmica na concepção indígena é um desejo coletivo, e não individual como na concepção não indígena. Nosso anseio pela formação acadêmica visa a melhora da vida da comunidade, e não se configura em uma conquista pessoal. Por isso, depois de formados, os muitos indígenas têm o desejo de retornar a suas comunidades de origem. Desse modo, a universidade possui papel relevante sim, e afirmamos que

A formação universitária, portanto, corresponde a importante instrumento de apoio complementar para a solução dos problemas atuais dos povos indígenas. Neste sentido, ela teria, no campo ideal, alguns objetivos relevantes. O primeiro – instrumentalizar os indígenas com os conhecimentos técnicos e científicos para nivelar as relações de diálogo e de negociação de seus direitos. O segundo – possibilitar acesso e apropriação adequada de conhecimentos técnico-científicos necessários para melhorar as condições de vida das comunidades; o terceiro é instrumentalizar os indígenas de conhecimentos técnicos e tecnológicos que os auxiliem na gestão adequada e qualificada de seus territórios e de seus recursos naturais. Por fim, a universidade é vista como espaço instrumental para aperfeiçoar, enriquecer e complementar os conhecimentos e saberes tradicionais (LUCIANO, 2009, p. 33).

Os estudantes indígenas da área da educação, depois de formados, podem contribuir efetivamente na construção de livros didáticos e literários, com objetivo de desconstruir estereótipos construídos historicamente. Escritos realizados por pessoas não indígenas, como por exemplo as obras literárias: *O Guarani e Iracema*, de José de Alencar, “contribuíram para formar uma imagem equivocada dos Povos Originários brasileiros. Esse “desserviço”, em contrapartida, instigou um movimento de protagonismo indígena para desfazer tais equívocos históricos” (PACHAMAMA, 2020, p. 37).

Os livros literários e didáticos auxiliaram na construção do estereótipo e até da romantização dos povos indígenas, Kaká Werá (2017) ainda afirma sobre a teatralização dos povos originários.

A forma como o indígena foi representado na literatura construiu e consolidou um imaginário, desdobrando, ainda nos dias de hoje, aspectos negativos: reservou-se e impôs-se o espaço da floresta e o tempo do século XVI como núcleos para a compreensão do indígena (DORRICO, 2018, p. 109).

Os intelectuais que comumente compõem o campo de produção científica e literária são pessoas não indígenas. A literatura brasileira, conforme Dalcastgnè (2012), é marcada até os dias de hoje, por ser construída grande parte por autores homens e as obras de autorias femininas por mulheres com características semelhantes na classe social e na cor.

A grande parte dos livros didáticos e literários que chegam nas escolas indígenas e não indígena no país, são livros escritos por pessoas não indígenas, conforme Xakriabá (2018), “assim como ocorre majoritariamente na produção acadêmica, as produções dos materiais didáticos que chegam para nossas escolas estão sempre privilegiando a teoria produzida no centro” (p. 16). E, infelizmente, o livro didático foi e continua sendo uma das fontes de construção de estereótipos.

Muitos escritores ainda desconhecem a realidade dos povos indígenas e os livros transmitem informações ainda muito ultrapassadas, pois nem todos os indígenas vivem mais apenas da caça e pesca. “Os povos indígenas há tempos vêm sofrendo com a falta de conhecimento da sociedade sobre quem são e como vivem” (KAMBEBA, 2018, p. 40). Nós indígenas estamos em todos os lugares, inclusive na cidade e na universidade, exigimos visibilidade e reconhecimento.

Dessa forma, é oportuno afirmar que nós, os indígenas, fazemos parte da contemporaneidade do Brasil. Somos antigos, mas também modernos. Estamos em todo o território brasileiro, participamos da elaboração das leis, elegemos candidatos e, como a maioria dos brasileiros, sofremos com os efeitos de uma economia desestabilizada e conflitos políticos, com educação e saúde sem qualidade e, mais do

que ninguém, padecemos com os desequilíbrios ambientais produzidos pelas intervenções economicistas e desenvolvimentistas em nossas terras (SOUZA, 2018, p. 56).

Embora a Universidade e as escolas ainda estejam passando por transformações e fazendo de forma processual aberturas epistemológicas, as transformações significativas só são possíveis inserindo sujeitos indígenas no corpo discente e docente destas instituições, cabe-nos destacar que mudanças nos currículos dos cursos universitários e escolas também são relevantes para essas transformações, como por exemplo, inserir autores indígenas como referencial teórico nos currículos.

Na contemporaneidade, ainda há pouco professores indígenas na Universidade e tão pouco são estudados teóricos indígenas. Os povos indígenas estão abertos para juntos construir e ampliar as epistemologias nativas. Para Baniwa (2013, p.19),

Os povos indígenas gostariam de compartilhar com o mundo, a partir da universidade, seus saberes, seus valores comunitários, suas cosmologias, suas visões de mundo e seus modos de ser, de viver e de estar no mundo, onde o bem-viver coletivo é a prioridade.

A descolonização do conhecimento se torna um dos instrumentos para construir uma concepção de ciência que se apresente de forma mais democrática.

Estes povos desejam formação superior em seus termos, ou seja, para atender suas demandas, realidades, projetos e filosofias de vida. Aqui reside o maior desafio da formação superior de indígenas nos contextos das atuais IES, fundamentadas na organização, produção e reprodução de saber único, exclusivo, individualista e a serviço do mercado. O desafio é como esta instituição superior formadora pode possibilitar a circulação e a validação de outros saberes, pautados em outras bases cosmológicas, filosóficas e epistemológicas. Os povos indígenas, por exemplo, não gostariam de ser enquadrados pelas lógicas academicistas que alimentam e sustentam os processos de reprodução do capitalismo individualista, que tem gerado uma sociedade cada vez mais em retorno à civilização da barbárie e da selvageria, por meio da violência, da exploração econômica desumana, do império da lei do mais rico e dos que têm poder político à base de democracias das elites econômicas e políticas. Os povos indígenas gostariam de compartilhar com o mundo, a partir da universidade, seus saberes, seus valores comunitários, suas cosmologias, suas visões de mundo e seus modos de ser, de viver e de estar no mundo, onde o bem-viver coletivo é a prioridade (LUCIANO, 2013, p. 19).

Diante do exposto, percebe-se que é fundamental trazermos para o debate que não basta nós indígenas entrarmos na Universidade, mas é necessário permanecermos e construirmos ciência na perspectiva indígena e até mesmo a transformação do currículo dos cursos, apontando a contribuição de nossa concepção epistemológica, bem como efetivando nossa inclusão no campo da ciência e produção acadêmica.

### 1.1. Desafios dos estudantes indígenas na entrada e permanências nas Instituições de Ensino Superior Brasileiras

Souza (2018, p. 63), afirma que “são importantes pesquisas, que marcam a entrada e a permanência de indígenas na universidade”. Nesta perspectiva esse trabalho é relevante pelo fato de ser de autoria de uma estudante indígena na universidade e não um trabalho de outrem falando por nós e de nós. Isso significa dizer que tais

pesquisas que têm ajudado a informar e a refletir a realidade dos povos indígenas, sua diversidade, sua cultura e suas relações com a sociedade brasileira; pensadores indígenas que propõem uma nova leitura das ciências, dos métodos e das epistemologias vigentes na academia, numa composição de saberes que pretende ajudar a superar os obstáculos da inovação científica da sociedade moderno-contemporânea (SOUZA, 2018, p. 64).

Pesquisas de autoria indígena e até a literatura nativa<sup>2</sup> nos fornecem subsídios importantes para pensar sobre a entrada e permanência dos sujeitos indígenas no ensino superior, sobre a realidade dos povos indígenas, conhecer suas histórias e as suas lutas de resistência. “Por isso quero dizer sempre que a literatura nativa precisa ser mais valorizada, a fim de que possamos ter voz para dizer o que pensamos, o que queremos, e não ficarem mostrando uma realidade só exótica, romântica” (JEKUPÉ, 2018, p. 49). Assim Ely Ribeiro Souza (2018), indígena pertencente ao povo Macuxi, nos ajudar refletir e entender sobre

A presença indígena na universidade implica em suprimir as idealizações e visões essencialistas das culturas indígenas. Visões esses presentes não somente nos clássicos da etnologia brasileira, mas também nos livros didáticos, no cinema, na literatura, entre outros, instigando ampliar sua compreensão à correspondente abertura analítica para sistemas regionais multisociedadeis e multilinguísticos, no contraditório contexto das sociedades modernas. Esses fundamentos possibilitam a compreensão do acadêmico indígena não como representante de uma cultura que resiste e é refratária às históricas transformações sociais e culturais, mas, ao contrário, como sujeito pertencente a um grupo étnico que já sofreu modificações históricas atravessadas pelos constantes e intensos contatos com as sociedades não indígenas, principalmente no contexto do desenvolvimento capitalista [...] (SOUZA, 2018, p. 65).

O significado do ingresso e permanência de estudantes indígenas no ensino superior, vai muito além do desejo de obtenção de um título (diploma universitário), pois a universidade possui o poder de fazer circular e validar outros saberes e os estudantes indígenas ocupando este espaço buscam a construção de saberes e a interculturalidade. Para

---

<sup>2</sup> Literatura Nativa é um conceito utilizado por Olívio Jekupé, escritor indígena Guarani, autor de várias obras da literatura indígena brasileira.

Xacriabá (2018, p. 19), “hoje o desafio é também demarcar espaço em outro território, território acadêmico, com o desafio de indigenizá-lo, transformando as suas práticas educativas”. Dessa forma, Benites (2009) afirma que

Devemos nos apropriar dos instrumentos disponíveis para sobreviver, e uma de nossas estratégias é o conhecimento das universidades. Sei que o conhecimento detido nelas pode ser ferramenta valiosa se usado de forma correta, e sei também que nem todo conhecimento é útil. O indígena deve usar o conhecimento segundo seu interesse e o interesse de seu povo, e na concepção das lideranças dos movimentos é assim também – o conhecimento é importante, pode ser perigoso, mas é importante, creio ser esse o porquê de ser tão difícil nosso acesso às universidades (BENITES, 2009, p. 43).

Reconhecer a relevância das epistemologias indígenas e incluir indígenas no fazer epistemológico e científico correspondem iniciativas em que ocorram um diálogo intercultural, por que para Xacriabá (2018, p. 102), “desconsiderar esses agentes é reproduzir a violência histórica do epistemicídio, tenho dito que há duas maneiras de matar o povo indígena coletivamente: quando nos negam o território e quando reproduzem o epistemicídio”.

[...] a universidade é entendida e vista hoje pelos povos indígenas como espaço de produção e reprodução de saber e poder dominante, por outro, eles entendem que precisam desse saber e poder para diminuir a desvantagem nas correlações de forças da luta que travam por seus direitos no âmbito das políticas públicas. (LUCIANO, 2009, p. 32).

A interculturalidade é fundamental na universidade, nas escolas e em outros espaços educacionais e sociais, mas não apenas em perspectiva teórica, mas que possa se efetivar na prática.

os conhecimentos indígenas sejam incorporados aos conteúdos curriculares da universidade. Os estudantes ressaltaram que os conhecimentos tradicionais não são reconhecidos dentro das instituições de ensino superior e a maioria dos professores não está preparada para o diálogo e a troca de conhecimentos (PALADINO, 2012, p. 190).

Dessa forma, nós, estudantes indígenas, reivindicamos que “todos os cursos nas universidades possam incorporar e dialogar com os conhecimentos indígenas ou com outras tradições de conhecimentos, e não apenas com o ocidental” (PALADINO, 2012, p. 190). Segundo Apinagé (2020), para que ocorra o ingresso e a nossa permanência como estudantes indígenas na universidade depende de vários fatores, a autora menciona as dificuldades na tentativa de ingresso, que se dá muitas vezes por meio de processo seletivo fora e até mesmo

longe das comunidades indígenas. “Muitos estudantes precisam ir às cidades se submeterem às provas e não têm lugar para dormir, ou mesmo dinheiro para pagarem suas passagens de ida e volta” (APINAGÉ, 2020, p. 28).

Nós indígenas após o ingresso nas universidades, lutamos em vários sentidos. Primeiro, reivindicamos direitos assistenciais como auxílios-moradia e alimentação, além de bolsas para nos mantermos na cidade, e assim permanecer na universidade. Segundo, solicitamos que ocorra o reconhecimento das epistemologias nativas, pois as mesmas são de fundamental importância para os povos indígenas, pois trata-se também de um ato de luta e resistência, além de configurar-se como ato político. Sobre nossa permanência, segundo Paladino (2012),

Não existe até hoje uma política de governo destinada a estimular a permanência de indígenas no ensino superior. As ações de permanência existentes são planejadas e desenvolvidas por iniciativa das próprias universidades (PALADINO, 2012, p. 187).

Apinagé (2020) e Souza (2018) demonstram que mudanças nos currículos dos cursos acadêmicos, podem contribuir para uma formação significativa de estudantes indígenas e a permanência “está relacionada às condições de continuidade na universidade. Essas condições se materializam tanto na adequação dos conteúdos às nossas realidades [...]” (APINAGÉ, 2020, p. 28).

Gerar condições de acesso e permanência aos indígenas na universidade pressupõe a criação de condições, mas também compreensões dessa diversidade, criações de cursos e currículos que estejam afinados com as ansiedades das comunidades indígenas (SOUZA, 2018, p. 66).

Nesta perspectiva Cruz (2020), mulher indígena Avá Guarani, revela sobre a entrada dos estudantes indígenas no território do conhecimento construído na Universidade.

Fazendo-nos encarar a necessidade de entrar na disputa não só do território, mas também do conhecimento, de colocar em prática a capacidade transcendente do intelectual indígena de estar nos espaços de produção do conhecimento sem reduzir-se à lógica do cogito ocidental cartesiano (CRUZ, 2020, p. 42).

Acreditamos que Paladino (2012) e Apinagé (2020), possui um denominador comum quando destacam que a nossa maior dificuldade como estudantes indígenas para a permanência é a questão financeira

Ademais, existe ainda um número imenso de estudantes indígenas que não têm nenhum tipo de apoio institucional, sendo sustentados exclusivamente pela rede familiar ou comunitária, e para os que recebem benefício, este também não supre todas as suas despesas e necessidades específicas (PALADINO, 2012, p. 187).

Paladino (2012) menciona outros desafios enfrentados por nós estudantes indígenas, a primeira foi citada anteriormente que é a questão financeira e as outras são: a barreira linguística, o acompanhamento pedagógico e o preconceito. A barreira linguística está relacionada a língua portuguesa, pois

Os estudantes indígenas chegam à universidade dominando pouco o português ou a modalidade de linguagem utilizada no espaço universitário e, de modo geral, confrontam-se com uma escassa compreensão e sensibilidade dos seus professores diante desta situação (PALADINO, 2012, p. 188).

Nosso acompanhamento pedagógico como estudante indígena, constitui como elemento que favorece a permanência, embora as universidades ainda estejam transformando as práticas educativas de forma processual, como é caso da UFT que, em 2013, implementou recentemente o PIMI- Programa Institucional de Monitoria Indígena<sup>3</sup>, que tem como objetivo facilitar a inclusão dos alunos indígenas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a sua permanência e sucesso acadêmico.

As mais bem-sucedidas ações de estímulo à permanência até agora realizadas abrangem uma diversidade de atividades, tais como tutorias, acompanhamento social e pedagógico, projetos de pesquisa e extensão que envolvem estudantes indígenas como estagiários ou pesquisadores, realização de cursos e eventos que têm como objetivo visibilizar a presença indígena na universidade e valorizar os conhecimentos indígenas, entre outros (PALADINO, 2012, p. 189).

A pesquisa *“Algumas notas para a discussão sobre a situação de acesso e permanência dos povos indígenas na educação superior”*, de Mariana Paladino (2012), constatou que um número significativo de estudantes indígenas afirma ter sofrido e vivenciado o preconceito na Universidade. Diante disso é preciso ter atenção sobre essa problemática, pois acreditamos que o indígena que sofre esse tipo de discriminação dificilmente permanece no espaço acadêmico.

Por fim e não menos importante, destacamos no presente trabalho sobre nosso acompanhamento psicológico, reconhecendo que ainda existe há poucas pesquisas sobre a temática do adoecimento psicológico dos estudantes indígenas nas universidades. Afirmamos que nós, estudantes indígenas, nas universidades adoecemos psicologicamente, e essa temática necessita ser investigada, e levada em consideração por todos.

---

3 Informações sobre o PIMI disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/prograd/programas-especiais-em-educacao/pimi> . Acesso em 09 de abr de 2021.

## **1.2. Bolsas/Auxílio financeiro de assistência estudantil: Alicerce de apoio de permanência dos estudantes indígenas na Universidade**

Escrever este trabalho trouxe-me muitas reflexões. Confesso que estamos vivendo tempos de retrocessos, pois nos últimos anos poucas terras indígenas foram demarcadas, e os direitos conquistados a partir da Constituição Federal de 1988, da LDB nº 9394/1996 (Lei de diretrizes e Bases da Educação) vêm sendo burlados. Entretanto, também é importante registrar que nos últimos anos temos sofrido perdas, passado por desafios e retrocessos em função do corte de bolsas e auxílios a estudantes indígenas, afetando a permanência dos mesmos na Universidade.

Em maio de 2013, foi criado o Programa Bolsa Permanência (PBP), através da portaria nº 389 de 2013. Este programa, criado pelo governo federal, possui o intuito de auxiliar financeiramente estudantes matriculados em instituições federais, estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e possui os seguintes objetivos:

Art. 3º O PBP tem por objetivos:

- I - viabilizar a permanência, no curso de graduação, de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas;
- II - reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil;
- III - promover a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico (BRASIL, 2013, p. 1).

Após a aprovação da Bolsa Permanência (MEC), o número de estudantes indígenas e quilombolas ingressos elevou de forma significativa nas Instituições Federais de Ensino Superior do país. Este recurso financeiro apoia diretamente esses estudantes, pois grande parte dos mesmos pertencem a família de renda baixa e este programa viabilizou a permanência dos estudantes nestas instituições. Conforme o inciso 2º, a Bolsa Permanência de estudantes indígenas e quilombolas é de valor diferenciado:

§ 2º A Bolsa Permanência para estudantes indígenas e quilombolas, matriculados em cursos de graduação, será diferenciada em decorrência das especificidades desses estudantes com relação à organização social de suas comunidades, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições, amparadas pela Constituição Federal. costumes, línguas, crenças e tradições, amparadas pela Constituição Federal (BRASIL, 2013, p. 3).

As instituições de ensino superior têm o apoio financeiro (recurso) do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), programa criado em 2008 e aprovado através do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Com objetivo de apoiar a permanência de estudantes de baixa renda em cursos de graduação presencial nas instituições de ensino superior (IFES), contribuindo para melhoria de desempenho acadêmico e a evasão.

O PNAES oferece assistência estudantil como assistência à moradia estudantil, à alimentação, ao transporte, à saúde, à inclusão digital, à cultura, ao esporte, à creche e ao apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, ou seja, as Instituições de Federais de Ensino Superior (IFES), que devem acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa. Mas nos últimos anos as universidades vêm sofrendo com redução orçamentária.

As bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnologia, Inovações e Comunicações (CNPq) para incentivo a pesquisa no Brasil, ambas do Governo Federal, são bolsas de pesquisa e extensão, mas que poucos indígenas conseguem a concessão, “portanto continuam reproduzindo a lógica meritocrática do sistema universitário tradicional” (PALADINO, 2012, p. 186).

Desde 2020, a Bolsa Permanência do Ministério da Educação (MEC), não abriu novas inscrições, afetando diretamente a permanência dos estudantes indígenas nas IFES do país. Acreditamos que não basta reservar vagas para os indígenas, é necessário adotar ações para que esses estudantes indígenas permaneçam nas universidades e nas cidades.

No primeiro semestre de 2020, ingressou uma quantidade significativa de estudantes no ensino superior e isso nos provoca preocupação, pois estes não possuem mais o benefício da Bolsa Permanência. Parece-nos que a universidade deveria se comprometer promovendo a assistência a eles, visto que não basta abrir espaço, mas é necessário ajuda-los a sobreviver, dando estrutura para a permanência desses estudantes na vida acadêmica.

Para os indígenas, viver na cidade é um desafio, pois na cidade possui custos financeiros que em comunidades tradicionais não possui como: aluguel, água, passagens de ônibus para deslocamentos de suas residências para aulas na universidade, dentre outros. Muitas famílias indígenas são agricultoras, artesãs e até pescadores, como é o caso da família da autora deste trabalho. Dessa forma, conseguir ajudar financeiramente entes que estão nas universidades é algo difícil.

Diante de todo esse quadro que estamos expondo, ainda tivemos outros entraves. Em fevereiro do mesmo semestre de 2020, surgiu um novo vírus no Brasil, provocados pelo coronavírus (SARS-CoV-2) e causando a doença Covid-19, que foi identificado pela primeira vez em Wuhan, na China, que desde então está causando uma pandemia mundial.

Como medida de tentativa de conter o avanço de transmissão desse vírus avassalador, os centros educacionais, como escolas e universidades foram fechados, e trouxeram impactos profundos na Educação. Deste modo, atualmente passamos por um momento difícil, aulas remotas estão sendo adotadas por instituições educacionais, medida que escancara ainda mais as desigualdades sociais e econômicas existentes no Brasil e, em específico, entre estudantes indígenas.

A realidade é que muitos dos estudantes não têm acesso e nem condições de comprar equipamento tecnológico para acesso as aulas remotas, ocorrendo assim a exclusão dos mesmos. As universidades tentaram de alguma forma assegurar o auxílio para a compra de equipamentos e até mesmo fornecendo auxílio para o pagamento de internet. Mas o Ministério da Educação adotou programas de conectividade, fornecendo chips com dados de internet para os estudantes das universidades, porém, os chips são inviáveis para estudantes que estão em comunidade tradicionais longe de cidade, pois não possui o sinal de acesso.

Os estudantes indígenas e quilombolas universitários são grupos muito afetados. Muitas comunidades não possuem acesso a redes de internet e os estudantes que ainda conseguiram instalar internet e utilizar equipamentos tecnológicos nessas comunidades podem levar mudanças culturais significativas para essas comunidades. Sem contar que algumas comunidades tradicionais não possuem nem energia elétrica, realidade conhecida por poucos.

Acreditamos que as aulas remotas (ou *online*) não substituem o papel significativo que uma sala de aula possui nas escolas ou nas universidades. Nas aulas presenciais, a interação entre estudantes e professores possibilita uma troca muitas vezes sensível entre esses sujeitos, tornando o processo mais formativo e impulsionando discentes na construção do conhecimento sistematizado e científico.

Com o avanço de transmissão da covid-19 muitas vidas foram ceifadas, os povos indígenas foram fortemente impactados, grandes lideranças do movimento indígena morreram, como: Paulinho Paiakan, Aritana Ywalapiti, Acari Maluá Karajá e ceramistas do povo *Iny* (Karajá), como Komatira Karajá, mulher sábia que me ensinou muitas coisas a partir de sua sabedoria ancestral.

Dentro do espaço da Universidade, em específico da UFG, também tivemos perdas significativas dos nossos. É com pesar que informamos o falecimento do estudante Hilário Ab Reta Awe Predzawe, indígena pertencente ao povo *Awê*, mais conhecido como Xavante. Hilário foi um amigo e colega de meu curso, de Cristina Malauiru Karajá estudante, mulher e mãe pertencente ao povo *Iny* (Karajá), e Izael dos Santos Conceição, estudante pertencente ao povo *Tenetehara* (Guajajara) que teve sua vida tombada pela Síndrome de Marfan, ambos estudantes da UFG (Universidade Federal de Goiás). Esses eram estudantes que buscavam formação acadêmica e que tiveram suas vidas corrompidas, e que por isso devem ser lembrados, pois ficarão vivos em nossas memórias e corações, além de deixarem a marca de suas trajetórias no meio acadêmico da UFG.

Com a pandemia da covid 19, muitos estudantes retornaram a suas comunidades de origens e outros decidiram continuar nas cidades. As universidades retornaram as aulas de modo remoto, mesmo que os estudantes indígenas tenham se colocado contra as retomadas de aulas online, mas a decisão com força maior e as aulas foram retomadas.

É nesse contexto no qual escrevo esse trabalho e com o registro de minhas experiências pessoais e dos companheiros que conheço que posso dizer: a luta de ingressar e permanecer continua a se fazer arduamente. Nossa caminhada de busca por formação acadêmica e para melhorias de nossas comunidades de origens não tem caminhos fáceis, mas cheios de pedregulhos. Muitos já desistiram e passam por situações financeiras complicadas. Com isso, é necessário que os professores e as Universidades sejam sensíveis, em relação aos estudantes indígenas, pois “cabe registrar que a grande maioria dos estudantes que está atualmente na universidade é a primeira geração a realizar este nível de estudos” (PALADINO, 2012, p. 189).

Cientes de que o papel de professores e Universidade só pode ser exercido se políticas públicas – no âmbito federal – para entrada e permanência dos estudantes indígenas aconteçam, nos parece fundamental trazer os mecanismos de apoio criados para tanto, nossas conquistas, retrocessos, mudanças e permanências.

## **2. Ingresso e Permanência dos estudantes indígenas na Universidade Federal de Goiás – Políticas Públicas que impactam muitas vidas: Universidade, um direito a ser garantido.**

*Um Povo, que é originário,  
não será mais silenciado em seu próprio território  
e em seu conhecimento.  
Então, também por isso, decidimos escrever.  
(PACHAMAMA, 2020, p. 27)*

A Universidade Pública tornou-se para nós das comunidades tradicionais, um espaço importante a ser ocupado, pois representa um dos caminhos para reafirmarmos nossa condição de povos originários, além de nos conduzir à situação de inserção e intervenção social, rumo à garantia de melhor qualidade de vida dos nossos. Cientes de que há muito o que se discutir nesse sentido, mas não menos conscientes das limitações do tempo que um Trabalho de Conclusão de Curso nesse contexto de ensino remoto nos coloca, o primeiro passo para darmos início a essa discussão é apresentar ao leitor as ações a nós direcionadas para inserção e permanências de estudantes indígenas na Universidade, em específico, na UFG.

O programa UFGInclui é um programa de ações afirmativas implementado na UFG, aprovado no Conselho Universitário da Universidade Federal de Goiás (CONSUNI) com a resolução nº 29/2008. O seu objetivo é criar uma vaga extra para um Estudante Indígena e uma vaga para Estudante Quilombola nos cursos de graduação, caso haja demanda. Mas é necessário que estes estudantes sejam oriundos de escola pública e tenham cursado os três anos do ensino médio nestas instituições.

Com a aprovação no CONSUNI da resolução N°31/2012, o Programa UFGInclui passou a oferecer 15 vagas a estudantes surdos no curso de Letras/Libras. Após a implementação do programa UFGInclui, indígenas e quilombolas começaram a ingressar na UFG, mas segundo Quintiliano (2019), não foi um número grande.

A entrada dos primeiros estudantes do programa UFGInclui em 2009 foi em número pequeno e a Pró- Reitoria de Graduação (PROGRAD) preferiu a proteção da identidade dos estudantes cotistas, pensando em evitar discriminação entre os alunos não-cotistas. Essa estratégia só serviu, entretanto, para a evasão, já que um aluno sem identidade em uma comunidade branca tem a tendência a evadir. A formação de coletivos e redes seria mais eficaz para a inclusão desses (QUINTILIANO, 2019, p.29).

Conforme Quintiliano (2019), estudantes indígenas e quilombolas, com o passar dos anos de criação do Programa UFGInclui, foram se conhecendo e se reconhecendo no outro, pois as dificuldades e os desafios enfrentados eram semelhantes. Em 2013, criou-se um

coletivo denominado como UNEIQ (União dos Estudantes Indígenas e Quilombolas - UFG), para Quintiliano (2019, p. 28), “um grupo de resistência dentro da UFG”.

O Coletivo UNEIQ se constituiu como apoio, alicerce de permanência e luta dos estudantes indígenas e quilombolas e, nos encontros e reuniões, eram redigidas atas, com demandas e reivindicações relevantes desse grupo e enviado às instâncias superiores. Esse coletivo teve um protagonismo fundamental de diálogo com Pró-Reitorias e Reitoria da UFG e na luta por direito de inclusão e permanência na Universidade. Em algumas dessas reuniões, participavam os coordenadores de ações afirmativas (CAAF) e de inclusão e permanência (CIP) (QUINTILIANO, 2019).

Os laços de amizade e afetividade cresceu entre estudantes indígenas e quilombolas e Quintiliano (2019) os denomina como “REDES AFRO-INDÍGENOAFETIVAS”.

O programa UFGInclui se tornou referência, estudantes indígenas e quilombolas de vários estados do Brasil viram a oportunidade de ingressar em universidade pública. Além disso,

O programa UFGInclui proporcionou para a comunidade universitária o desafio de “lidar” com a pluridiversidade de corpos negros, negros quilombolas e indígenas nos corredores, sala de aulas e, principalmente em congressos, nos quais estes corpos eram compreendidos como objeto de estudo (QUINTILIANO, 2019, p. 47).

Os Estudantes indígenas e Quilombolas, com seu Coletivo UNEIQ, conseguiram de forma processual outras modalidades de bolsas/auxílio de atendimento direto na UFG, além do Programa Bolsa Permanência MEC. De acordo com o artigo 6º, da Portaria nº 389, de maio de 2013, o PBP/MEC é uma bolsa acumulável com outras modalidade de bolsas acadêmicas, como auxílio ou bolsas: moradia, transporte, alimentação e creche criados por Instituições Federais de Ensino.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) da Universidade Federal de Goiás, implementou as seguintes modalidades de bolsas e valores<sup>4</sup> entre 2019-2021:

**Tabela 1:** Tabela de valores de bolsas e ano:

| Item | Modalidade                         | 2019       | 2020   | 2021   |
|------|------------------------------------|------------|--------|--------|
| 1    | Bolsa Permanência PNAES            | 400,0<br>0 | 400,00 | *****  |
| 2    | Bolsa Alimentação – Regional Goiás | 120,0      | 120,00 | 120,00 |

<sup>4</sup> Os dados e valores referente 2019, na Portaria SEI nº 27, de 13 de setembro de 2019. Disponível em: <https://prae.ufg.br/p/27745-portarias-2019>, informações referentes a 2020, na Portaria SEI nº 4, de 14 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://prae.ufg.br/p/31957-portarias-2020>, modalidade de bolsas e valores de 2021, na Portaria nº6, de 11 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://prae.ufg.br/p/36990-portarias-2021>. Acesso: em 03 abr. 2021.

|    |  |            |        |        |
|----|--|------------|--------|--------|
|    |  | 0          |        |        |
| 3  | Bolsa Moradia – Regional Goiás   | 500,0<br>0 | 500,00 | 500,00 |
| 4  | Bolsa Acolhe   | 350,0<br>0 | 400,00 | 400,00 |
| 5  | Bolsa Canguru  | 250,0<br>0 | 250,00 | 250,00 |
| 6  | Bolsa Esporte e Lazer  | 400,0<br>0 | 400,00 | 300,00 |
| 7  | Bolsa Moradia – Regional Goiânia   | 610,0<br>0 | 610,00 | 610,00 |
| 8  | Bolsa CEU  | 247,0<br>0 | 247,00 | 300,00 |
| 9  | Bolsa Alimentação FCT – destinada ao atendimento em alimentação para estudantes do Campus Aparecida de Goiânia.  | 198,0<br>0 | 198,00 | 198,00 |
| 10 | Bolsa Apoio Pedagógico   | *****      | *****  | 300,00 |
| 11 | Bolsa Alimentação-Regional Goiânia, incluindo alimentação fim de semana, destinada a estudantes moradores das Casas De Estudantes Universitário que fizeram opção até 2014 | 432,0<br>0 | 432,00 |        |
| 12 | Bolsa Alimentação-Regional Goiânia   | 198,0<br>0 | *****  | *****  |
| 13 | Bolsa Acolhe 2   | 600,0<br>0 | *****  | *****  |

Fonte: Adaptado de PRAE/UFG

Após a criação do programa UFGincludi, entre 2008-2021, foram atendidos 545 estudantes indígenas<sup>5</sup> com repasse financeiro, sendo que 350 correspondem aos estudantes do curso Licenciatura Intercultural/UFG (formação de professores).

A Bolsa Permanência MEC e outras modalidades de assistência estudantil, contribuiu efetivamente para o aumento de ingresso de estudantes indígenas no Ensino Superior, e a Bolsa Permanência (PBP/MEC), se tornou uma pauta de luta dos estudantes indígenas e quilombolas das universidades públicas do país. Em 2018 ocorreu a I Mobilização Nacional dos Estudantes indígenas e Quilombolas, que contou com a participação de membros do coletivo UNEIQ. Na nota pública<sup>6</sup> na íntegra, estudantes indígenas e Quilombolas demandavam mais vagas no PBP/MEC:

NOTA PÚBLICA – PERMANÊNCIA JÁ  
MOVIMENTO NACIONAL DOS ESTUDANTES  
UNIVERSITÁRIOS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

Na luta por garantias que são constitucionais e contra todo retrocesso nas políticas públicas de educação aos povos, o Movimento Nacional dos Estudantes Universitários Indígenas e Quilombolas mantém a convocação da mobilização pela

5 Dados disponíveis em: <https://analisa.ufg.br/p/34884-assistencia-estudantil> . Acesso em: 03 abr. 2021.

6 Nota Publica disponível em: <https://cimi.org.br/2019/06/apos-mobilizacao-mec-garante-4-mil-bolsas-permanencia-estudantes-indigenas-quilombolas/> Acesso em: 02 abr. 2021.

Bolsa Permanência que ocorrerá na próxima semana, de 18 a 22 de junho, em Brasília (DF). O ato se sustenta mesmo depois da publicação da Portaria Nº 560, de 14 de junho, onde o Ministério da Educação (MEC) autorizou a abertura de novas inscrições ao programa Bolsa Permanência. O próximo passo é para garantia de que o programa Bolsa Permanência torne-se um projeto de lei.

O MEC, em reunião com representações dos estudantes no dia 29 de maio, afirmou dispor de apenas 800 vagas anual para contemplar uma realidade de aproximadamente 5 mil indígenas e quilombolas que chegaram à universidade em 2018. Ainda, como estratégia perversa, o MEC propunha que os representantes que se encontravam na reunião criassem critérios para a exclusão de 4 mil indígenas da universidade, desejando legitimar a política racista do ministério. As representações que participaram da reunião, em assembleia, decidiram não aceitar nenhuma das propostas insuficientes do ministro da educação, Rossieli Soares da Silva.

Após semanas de mobilizações na capital federal, Audiências Públicas nas universidades em todo o país e resistência contra qualquer retirada de direito, o Ministério da Educação garantiu hoje, sexta-feira (15), 2.500 novas bolsas para alunos matriculados no primeiro semestre, conforme publicado no site do ministério. A abertura do MEC para o cadastro de novos indígenas é uma conquista dos estudantes indígenas e quilombolas. Diante a conjuntura de golpes nas políticas de inclusão, dos ataques aos direitos indígenas e quilombolas arquitetados nos três poderes do Estado Brasileiro, permaneceremos vigilantes contra toda política que tende a governar para os que são privilegiados há 518 anos e contra toda política social.

Lembramos que em 2018 o MEC teve um corte de 30%. Neste ano, a Lei Orçamentária destinou R\$ 109 bilhões para a Educação e R\$ 316 bilhões com o pagamento de juros da dívida. Não serão os povos indígenas e quilombolas que irão pagar se o Governo de Michel Temer (MDB) prefere pagar juros a banqueiros e abrir mão de mais de R\$ 10 bilhões com alívio de dívidas de ruralistas. Assim, recordamos Darcy Ribeiro: “a crise da educação no Brasil não é uma crise; é projeto”. Contudo, em mobilização, não recuaremos nenhum passo. Não aceitaremos retirada de direitos. Nos mobilizamos por se tratar de uma causa de justiça, vida e dignidade dos povos que desejam ter condições de ocupar e pintar de jenipapo e urucum a academia.

Diga ao povo que avance!

Em marcha, até Brasília!

Em 2019, teve a II Mobilização Nacional dos Estudantes Indígenas e Quilombolas. Tais mobilizações solicitavam a abertura de novas inscrições do PBP/MEC, manifestação contra os cortes na Educação e defesa de políticas públicas de permanência de estudantes indígenas e Quilombolas nas IFES. Na Universidade Federal de Goiás, 393 estudantes indígenas<sup>7</sup> foram atendidos pelo Programa Bolsa Permanência/MEC entre 2008/2021, sendo 255 estudantes que correspondem aos estudantes da Licenciatura Intercultural/UFG.

Na Universidade Federal de Goiás, no ano de 2019, por meio da Portaria nº 19, de 02 de setembro<sup>8</sup>, regulamentou a Bolsa Permanência (PNAES/UFG) esta modalidade de bolsa é vinculada a Política de Assistência Social Estudantil(PASE).Em 2020, por meio da portaria

---

7 Dados disponíveis em: <https://analisa.ufg.br/p/34884-assistencia-estudantil> . Acesso em: 03 de Abr de 2021.

8 Portaria nº19 de 2 de setembro de 2019. Disponível em: <https://prae.ufg.br/p/27745-portarias-2019> . Acesso em: 03 abr. 2021.

Nº17/SEI de 16 de setembro<sup>9</sup> de 2020, orienta que o a Bolsa Permanência (PNAES/UFG), atenda de forma excepcional e temporária os estudantes indígenas e quilombolas do Programa UFGInclui, conforme os incisos do artigo 3, esses estudantes devem:

- I - ser ingressantes pelo Programa UFGInclui, estarem regularmente matriculados/as em curso de graduação presencial na UFG;
- II - apresentar comprovada situação de renda familiar bruta mensal per capita igual ou inferior a 50% do salário-mínimo vigente no país;
- III- ter sido excluído/a do Programa Bolsa Permanência MEC em razão de ter excedido o tempo máximo permitido;
- IV- ter integralização curricular superior ou igual a 90%, comprovada pelo extrato acadêmico;
- III - ser oriundos/as da rede pública de educação básica;
- IV – Não ter graduação concluída;
- V - comprometer-se em manter frequência mensal superior a 75% nas disciplinas matriculadas no semestre;
- VI - estar adimplentes com a PRAE/UFG, caso participem, ou já tenham participado de outras ações da atenção estudantil;
- VII - atender ao disposto na PASE, Resolução CONSUNI no 44/2017, e demais normativas a ela vinculadas.
- VIII – cumprir todos os deveres de estudantes, dispostos no Art. 178 do Regimento Geral da UFG.
- IX - não cometer infrações disciplinares aplicáveis aos estudantes da UFG, conforme o disposto nos Arts.180, 181 e 182, do Regimento Geral da UFG (SEI, UFG, 2020, p. 2).

Essa medida de atendimento da Bolsa Permanência (PNAES) aos estudantes indígenas e Quilombolas na UFG, adotada entre 2019 a fevereiro de 2021, destinadas apenas para os estudantes excluídos do Programa Bolsa Permanência MEC.

Os estudantes excluídos são aqueles que não conseguem formar em período regular no curso, ou seja, de acordo com o inciso II do artigo 5º da Portaria 389/2013, “não ultrapassar dois semestres do tempo regulamentar do curso de graduação em que estiver matriculado para se diplomar” (BRASIL, 2013, p. 2).

Os estudantes indígenas na Universidade Federal de Goiás, até fevereiro de 2021, eram atendidos com outras modalidades de bolsas, além da PBP/MEC. Diante disso, causou preocupação no que se refere à permanência dos estudantes de vulnerabilidade socioeconômica, pois nos anos anteriores as bolsas e auxílios na UFG eram cumulativas, mas com a aprovação da Portaria da PRAE/UFG Nº 2 de 8 de fevereiro<sup>10</sup> de 2021, no artigo 6º define que: “cada estudante só pode receber atendimento direto em uma única modalidade, sem cumulatividade” (PRAE, UFG, 2021, p. 2).

---

9 Portaria nº 17/SEI de 16 de setembro de 2020. Disponível em: <https://prae.ufg.br/p/31957-portarias-2020> . Acesso em: 03 abr. 2021.

10 Portaria nº 2 de 8 de fev de 2021, disponível em: <https://prae.ufg.br/p/36990-portarias-2021>. Acesso em: 04 abr. 2021.

Dessa forma, quem tem a PBP/MEC perdeu o direito de receber a Bolsa moradia, por exemplo, que é fundamental para pagamento de aluguel, água e luz. Essa medida foi aprovada por meio da Portaria SEI nº 2, de fevereiro de 2021, que no inciso 1º diz que “não é permitida a cumulatividade de atendimento direto com a Bolsa Permanência MEC, regulamentada pela Portaria n. 389/MEC, de 9 de maio de 2013” (UFG, SEI, 2021, p. 2). Nesta perspectiva Paladino (2012, p. 186) ressalta que

Ainda nos casos de estudantes que recebem uma combinação de auxílios ou bolsas, o dinheiro é insuficiente para dar conta de todas as despesas que enfrentam para morar num ambiente diferente de seu local de origem ou para sustentar uma família.

Nesse contexto, a Universidade Federal de Goiás, em março de 2021, implementa o PAEIQ<sup>11</sup> através da portaria nº 9, de 12 de março de 2021.

Art. 2º Instituir, em caráter excepcional e emergencial, o Programa de Atendimento Especial a Estudantes Indígenas e Quilombolas (PAEIQ), que deixaram de ser atendidos pelo Programa Bolsa Permanência (PBP)- MEC, por terem excedido o tempo máximo de vinculação previsto Portaria 389/2012 (UFG, SEI, 2021, p. 2).

Com a criação do Programa de Atendimento Especial a Estudantes Indígenas e Quilombolas (PAEIQ), revoga a Portaria SEI Nº17 de 16 de setembro de 2020 (Sobre o atendimento/concessão da Bolsa Permanência/PNAES dos Estudantes indígenas e quilombolas excluídos da PBP/MEC na UFG). O PAEIQ é um programa de atendimento a estudantes excluídos da PBP/MEC com duração de 12 meses, os estudantes devem atender os seguintes critérios:

a) Ser oriundo de escola Pública; b) Não ter graduação concluída; c) ter ingressado pelo Programa UFGInclui, estar regularmente matriculado/a em curso de graduação presencial na UFG, com status ATIVO ou ATIVO-FORMANDO no Centro de Gestão Acadêmica (CGA); d) comprometer-se em manter frequência mensal superior a 75% nas disciplinas matriculadas no semestre; e) comprometer-se em manter frequência mensal superior a 75% nas disciplinas matriculadas no semestre; e d) apresentar comprovada situação de renda familiar bruta mensal per capita de até um salário-mínimo vigente no país (UFG, SEI, 2021, p. 2).

A única modalidade de bolsa que pode ser acumulada é a Bolsa Canguru que se destina a estudantes que possuem filhos até 5 anos (conforme a portaria nº 9, de 12 de março de 2021 que implementa o PAEIQ).

Nos últimos anos retrocessos na educação vem acontecendo, como cortes no orçamento do PNAES e implementação das “Portarias de corte”, na Universidade Federal de

---

11 Portaria nº 9 de março de 2021, disponível em: <https://prae.ufg.br/p/36990-portarias-2021> . Acesso em: 04 abr. 2021.

Goiás, que prejudica diretamente estudantes não apenas os estudantes indígenas e quilombolas na UFG, mais todos os estudantes de baixa renda da instituição. Em fevereiro de 2021, foram aprovadas portarias, a Portaria de nº 5 se destaca pelo fato de revogar a Portaria de nº 19 de 2 setembro de 2019 (Criação do programa Bolsa Permanência/PNAES), nesse caso a nova portaria aprovada institui a Bolsa Apoio Pedagógico<sup>12</sup>, e extingui a modalidade de Bolsa Permanência (PNAES/UFG). Cabe registrar que conforme a Portaria nº 5 de 8 de fevereiro de 2021, a Bolsa Apoio Pedagógico visa atender apenas **800 (oitocentos) estudantes**, e que o número de atendidos pode ser modificado, dependendo da disponibilidade orçamentaria do PNAES.

As dificuldades e desafios dos estudantes indígenas de se formar em período regular no ensino superior são muitas, acreditamos que as “portarias de corte” aprovada na UFG contribui para este processo. Diante do exposto segue aqui a carta aberta<sup>13</sup> construída pelos estudantes moradores da Casa do Estudante Universitário em parceria com outros estudantes.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS CASA DOS ESTUDANTES  
UNIVERSITÁRIOS V

Para termos condições de sobrevivência econômica e sanitária, exigimos testagem em massa e a volta das bolsas cortadas

CARTA ABERTA À REITORIA DA UFG.

Nós, moradores da Casa dos Estudantes Universitários 5 (CEU 5), viemos por meio desta alertar o Excelentíssimo Reitor da Universidade Federal de Goiás, Edward Madureira, a respeito da gravíssima situação socioeconômica e de vulnerabilidade a que estamos submetidos, o que acarreta altíssimos riscos de contaminação por Covid-19. Podemos ver isso diretamente com as atuais portarias (SEI de números 2,3,4,5 e 6) formuladas pela Reitoria da UFG. Isso significa que, diante dos nossos olhos, nossos direitos estão sendo cortados um por um, por representantes que possuem uma realidade totalmente diferente daqueles que dependem dos recursos que foram cortados.

Cabe lembrar que a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e o PNAES (Programa Nacional de Auxílio Estudantil) garante apoio à permanência e conclusão dos cursos pelos alunos considerados em vulnerabilidade socioeconômica, com a finalidade de reduzir a desigualdade de oportunidades, e atuar para melhorar o desempenho de estudantes e redução da evasão fomentando: moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura e esporte, creche e apoio pedagógico. Ou seja, medidas criadas para que os filhos dos pobres, geralmente negros que não tem condições de ingressar, além de se manter, nas Universidades Federais, que outrora fora elitizada.

Enquanto a UFG publicamente defende o isolamento social e condições para pessoas pobres fazerem tal isolamento, para dentro ela cortou centenas de bolsas, fechou a casa dos estudantes indígenas e negros quilombolas, além de cortar todas as bolsas (alimentação, canguru, moradia e emergencial) com a argumentação de que esses já teriam a bolsa Ministério da Educação (MEC). É importante salientar que

---

12 Portaria nº 5 de 8 de fevereiro de 2021, disponível em: <https://prae.ufg.br/p/36990-portarias-2021> . Acesso em 04 de abr de 2021.

13 <https://www.instagram.com/p/CNQ6vcHnRqG/>

tais bolsas, assim como a própria existência das CEUs, são conquistas dos estudantes e do movimento negro, negro quilombola e indígena.

Sem contar que a bolsa do MEC para quilombolas e Indígenas tem atraso frequente e há mais de dois anos não há abertura de edital para a inscrição, ou seja, a Reitoria e a PRAE estão reproduzindo sem nenhuma crítica a ação do governo federal que faz com que nós que estamos em condições de vulnerabilidade social paguemos o preço de uma crise que não é culpa nossa.

Para a administração da UFG é interessante afirmar que somos uma instituição plural, porém os estudantes que moram na casa, e muitos que não moram, correm o risco de não voltar para a universidade em razão desses cortes. E, sobretudo, tais cortes obrigam os estudantes moradores das CEUs a saírem para trabalhar e colocarem em risco todos os moradores. Junte-se a isso a falta de testagem dos moradores, e todas as condições favoráveis para que ocorram surtos de Covid19 nas casas já estão dadas.

Isto posto, cabe lembrar que foi em fevereiro, no início do que muitos especialistas chamam de “pior momento da pandemia”, o momento em que fomos pegos de surpresa com a emissão das portarias SEI de números 2,3,4,5 e 6. A grosso modo, estas determinam o fim da Bolsa Permanência como existia, instituindo agora a Bolsa Apoio Pedagógico de apenas R\$300,00, não podendo mais ser acumulativa (receber mais que uma bolsa), ao passo que agora cobre somente 800 alunos.

Além disso, esta nova bolsa, que era de 12 parcelas por ano, foi inexplicavelmente reduzida a apenas 8, não possibilitando o/a discente comer durante o recesso de férias, período esse que chega a ser menor do que 30 dias. Sendo que o corte sobre os estudantes, segundo a PRAE, se deu a partir da realidade socioeconômica informada no cadastro único na plataforma do SIGAA da UFG, de modo que antes aceitava estudantes com até um salário- mínimo e meio de renda, agora só abarca alunos com no máximo um salário- mínimo, e ainda não considerando os diversos alunos que se encontram em situação de desemprego.

Reforçamos também que as Portarias 8 e 9 colocam em vulnerabilidade estudantes Negros Quilombolas e Indígenas com a substituição do Programa Bolsa Permanência (PBP) por terem excedido o tempo máximo de vinculação previsto na Portaria 389/2012, pelo atual Programa de Atendimento a Estudantes Indígenas e Quilombolas (PAEIQ). E lembramos que a automatização da Segurança das CEUs, para além de expor os/as moradores a riscos e perigos, uma vez que não há câmeras em pontos expostos da casa, ou entre o muro divisa da Mata Fechada, também contribuiu com a demissão de diversos colaboradores terceirizados que faziam a Segurança das casas nas guaritas, vigilância de câmeras e com rondas noturnas.

Adiante, não podemos afirmar que essas decisões tenham sido colocadas na balança juntamente com as suas devidas consequências. Contudo, o impacto delas nos leva a pensar que sim. Essa afirmação se dá pelo fato de que elas só podem causar uma evasão indireta dos/as estudantes atendidos pelas bolsas, por terem que optar por continuar estudando em seu curso integral, ou trancar o semestre e ir empurrando com a barriga, por terem que trabalhar para se manterem, ao invés de passar necessidades. E por falar em barriga, a maioria estão vazias.

É de assustar o número de estudantes que estão dependendo de doações de cestas básicas, a ponto de a PRAE não conseguir suprir com o suporte inicial que havia adotado. A mesma enviou recentemente um e-mail relatando que não podia continuar com a ajuda, sugerindo que procurássemos outra instituição para tal. Outra consequência gerada foram os incontáveis alunos que, por sua vez, precisaram entregar o aluguel devido ao atraso em conjunto com os cortes.

Diante disso, exigimos:

- 1) A revogação imediata das Portarias SEI 2,3,4,5 e 6 já implementadas pela PRAE, com pagamento na primeira semana de abril de todas as bolsas que não foram pagas.
- 2) Testagem semanal dos moradores das CEUs enquanto estivermos em Goiás com índices altíssimos de mortes, contaminados e ocupações de UTI, a fim de evitar um desastre em relação à COVID-19, pois vivemos “amontoados”.
- 3) Aumento da capacidade da Internet fixa (LAN) com sinal WIFI para cada Casa dos Estudantes. Uma vez que o sinal que chega eduroam, dentro das CEUs, já chega com pouca Capacidade ou Gigas, o suficiente, para suportar o acesso simultâneo dos

poucos moradores que atualmente estão nas CEUs. Prova disso está nas aulas gravadas, onde o docente presencia desconexão, falha no áudio ou em apresentações dos alunos.

Nós, como estudantes e moradores da Casa dos Estudantes Universitários V, viemos por meio desta expor ao Excelentíssimo Reitor da Universidade Federal de Goiás, Edward Madureira, e a toda a sociedade, o que temos passado. Exigimos que nos seja devolvido o que nos foi tirado, a fim de evitar desgastes de ambas as partes. Temos energia para exigir o que é nosso por direito, e não voltaremos atrás. Vamos continuar a luta por todos os meios políticos e jurídicos que existem para garantir nossos direitos.

CEUsianos

Este é, enfim, o desfecho que nos parece fundamental para esse trabalho, pois a carta em questão representa a luta de estudantes, indígenas ou não, por garantir os direitos obtidos até agora, contra os retrocessos e no caminho da inclusão que de fato nos representa. A permanência é uma das questões mais complicadas, pois na maioria dos casos não nos são dadas condições de continuidade no ambiente universitário. Destacamos que a luta dos estudantes indígenas por ingressar e permanecer nas universidades continua e finalizamos este capítulo dizendo que: “Programa de Índio” é estudar, é UFGInclui!

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A princípio, este trabalho iniciou-se com a trajetória da autora deste TCC, que foi fio condutor para iniciarmos a discussão da presença indígena na Universidade. Portanto, o significado da nossa entrada e permanência como estudantes indígenas na Universidade, é uma forma de mostrar quem somos e a capacidade que temos, não somos apenas “objeto de pesquisa”, somos cientista e pesquisadores.

Desse modo, apresentamos neste trabalho um breve panorama sobre a entrada e permanência dos estudantes indígenas no espaço acadêmico, tendo como base, minha própria trajetória. Pudemos constatar que

O ingresso no ensino superior também se deve aos esforços conjuntos de muitos povos indígenas e outros órgãos que lutam em defesa de nossos direitos, para que possamos adentrar ao espaço universitário (APINAGÉ, 2020, p. 92).

Destacamos que, após a entrada dos estudantes indígenas, instituições de ensino superior começaram a ter transformações tanto nas práticas educativas quanto nas ações afirmativas e políticas públicas voltadas a permanência dos indígenas. A respeito das bolsas e auxílios financeiros, enfatizamos que os mesmos correspondem como um dos elementos importantes para a permanência.

No que se refere ao reconhecimento das epistemologias indígenas e inclusão dos agentes indígenas no fazer epistemológico, entendemos que a universidade necessita ser mais receptiva, pois acreditamos que é necessário a “integração dos conhecimentos científicos com os conhecimentos dos povos indígenas, pois sabe-se que não é somente no conhecimento científico que estão as respostas para os problemas atuais” (SOUSA; ALMEIDA; ALBUQUERQUE, 2012, p. 274).

Nesta perspectiva, Moura Karajá (2020, p. 172) compartilha:

(...)as seguintes indagações: o que é necessário para transformar o Currículo? Será que as políticas adotadas para a inclusão de estudantes indígenas estão sendo suficientes para permanência na universidade?

Por fim, essas indagações nos fazem perceber que os fatores que favorecem a permanência é uma ação mútua das universidades, professores, políticas públicas, que no contexto atual nos carregam de receios. Registramos, enfim, que falar sobre entrada e permanência de estudantes indígenas nas Universidades implica em desfazer preconceitos, tornando a academia um espaço importante de divulgação e feitura da ciência na perspectiva

dos povos originários, garantindo, inclusive, a real discussão sobre inclusão. Nesse sentido, não basta a entrada, mas políticas públicas que também garantam a permanência, mas mais que isso, que a ciência seja de fato vista como conhecimento produzido por toda a humanidade, não privilegiando o conhecimento somente na perspectiva ocidental, mas como algo eminentemente humano e plural. E para não concluir:

*Nós precisamos pensar o conhecimento, a produção do conhecimento*

*Não somente escrevendo, mas cantando e reencantando!*

*Materializando e Multiplicando a nossa capacidade de enxergar*

*Não somente a materialidade.*

*Mas principalmente alargar o conhecimento*

*A nossa capacidade de enxergar também o invisível!*

*(Célia Xakriabá)*

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Francisco Edviges; ALMEIDA, Severina Alves (Org.) **Educação escolar indígena e diversidade cultural**. Goiânia: Ed. América, 2012.

ANDERY, Maria Amália P. A. (org). **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

ANGATU, Casé. Carama suí îe'emonguetás îe'engaras: Carubas Moemas îe'engas-(Re)Existências Indigenamente Decoloniais. *In*: DORRICO, Julie; DANNER, Fernando; DANNER, Leno Francisco (Orgs.) **Literatura indígena brasileira contemporânea: autoria, autonomia, ativismo**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020, p. 61-72.

APINAGÉ, Andressa Irembete Pereira da Silva. **Práticas de resistência e protagonismo de mulheres indígenas apinayé: da escola ao ensino superior**. 2020. Monografia (Graduação) Fundação Universidade Federal do Tocantins, Curso de Pedagogia - Tocantinópolis TO. 2020. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2253>. Acesso em: 25 abr. 2021.

BANIWA, Gersem. Lei das Cotas e os povos indígenas: mais um desafio para a diversidade. **Cadernos de Pensamento Crítico Latino-Americano**, v. 34, p. 18-21, 2013.

BENITES, Tônico. O papel da universidade sob a ótica dos povos e acadêmicos indígenas. *In*: NASCIMENTO, Adir Casaro (org.). **Povos indígenas e sustentabilidade: saberes e práticas interculturais nas universidades**. Campo Grande: UCDB, 2009, p. 43.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; DA SILVA KURROSCHI, Andreia Rosa. Estudantes indígenas no ensino superior: o programa de acesso e permanência na UFRGS. **Políticas Educativas–PolEd**, v. 6, n. 2, 2013.

BERGAMASCHI, Maria; DOEBBER, Michele; BRITO, Patricia. Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 99, n. 251, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Portaria nº 389, de 9 de maio de 2013**. Cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 13 maio 2013. Seção 1, p. 12.

CARTA Aberta, **Carta aberta construídas pelos estudantes universitários à Reitoria da Universidade Federal de Goiás**. Goiânia, 04 abr. 2021. Instagram: @ceusianos\_ufg. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CNQ6vcHnRqG/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

CRUZ, Fabiane Medina Da. Feminismo indígena ou Nhandutí Guasu Kunhã: A rede de mulheres indígenas pelos direitos ancestrais e reconhecimento ético. *In*: DORRICO, Julie [et. al.] (orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: autoria, autonomia, ativismo**-Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. p.41-60.

DORRICO, Julie. A leitura da literatura indígena: para uma cartografia contemporânea. **Revista de Estudos de Literatura, Cultura e Alteridade-Igarapé**, v. 5, n. 2, p. 107-137, 2018.

GABRIEL, Devane Alves. **Mulheres Terena: das universidades para as terras retomadas da Aldeia Buriti em busca do direito coletivo: terra mãe**. Tellus, p. 157-163, 2015.

GRAÚNA, Graça. Literatura Indígena no Brasil contemporâneo e outras questões em aberto. **Educação & Linguagem**, v. 15, n. 25, p. 266-276, 2012.

KAINGANG, Bruno. Conhecimentos indígenas: seus desafios nos dias atuais. In: SESC, DEPARTAMENTO NACIONAL (Org.). **Culturas indígenas, diversidade e educação**. Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2019, p. 28-39.

KAMBEBA, Marcia. Literatura indígena: da oralidade à memória escrita. In: DORRICO, Julie [et. al.] (orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre: Ed. Fi, 2018. p.39-44.

HANI KARAJÁ, José. **As madeiras e seus usos no universo sócio-cultural do povo Iny**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente. Palmas- TO, 2015. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/235> . Acesso em: 25 abr. 2021.

MOURA KARAJÁ, Vanessa Hatxu De. Trajetórias de uma estudante Iny (Karajá): narrativa de acesso e permanência no curso superior. **Tellus**, 2020, n. 41, p. 169-173.

KRENAK, Ailton. A presença indígena na universidade. **Maloca: Revista de Estudos Indígenas**, v. 1, n. 1, p. 9-16, 2018.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje** / Gersem dos Santos Luciano – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

LUCIANO, Gersem dos Santos. O papel da universidade sob a ótica dos povos e acadêmicos indígenas. In: NASCIMENTO, Adir Casaro (org.). **Povos indígenas e sustentabilidade: saberes e práticas interculturais nas universidades**. Campo Grande: UCDB, 2009, p. 32-39.

LUCIANO, Gersem José dos Santos; OLIVEIRA, João Cardoso de; HOFFMANN, Maria Barroso. Olhares indígenas contemporâneos. **Centro Indígena de Estudos e Pesquisas-CINEP**. Brasília, DF: Cinep, 2010.

MUNDURUKU, Daniel. Escrita indígena: registro, oralidade e literatura - O reencontro da memória. In: DORRICO, Julie [et. al.] (orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. p. 81-84.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

NASCIMENTO, Rita Gomes. Democratização, Autonomia, Protagonismo, Governança: três iniciativas na educação superior de indígenas no Brasil. **Espaço Ameríndio**, v. 10, n. 2, p. 254, 2016.

NOTA PUBLICA, **Movimento Nacional Dos Estudantes Universitários Indígenas E Quilombolas**. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/06/apos-mobilizacao-mec-garante-4-mil-bolsas-permanencia-estudantes-indigenas-quilombolas/>. Acesso em: 02 abr. 2021.

PACHAMAMA, Aline Rochedo. Boacé Metlon Palavra é coragem, Autoria e ativismo de originários na escrita da História. In: DORRICO, Julie [et. al.] (orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: autoria, autonomia, ativismo-** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. p.26-40.

PALADINO, Mariana. Algumas notas para a discussão sobre a situação de acesso e permanência dos povos indígenas na educação superior. **Práxis Educativa (Brasil)**, v. 7, p. 175-195, 2012.

PERALTA, Anastácio. O papel da universidade sob a ótica dos povos e acadêmicos indígenas. In: NASCIMENTO, Adir Casaro (org.). **Povos indígenas e sustentabilidade: saberes e práticas interculturais nas universidades**. Campo Grande: UCDB, 2009, p. 40.

QUINTILIANO, Marta. **Redes afroindígenaafetivas: uma autoetnografia sobre trajetórias, relações e tensões entre cotistas da pós-graduação stricto sensu e políticas de ações afirmativas na Universidade Federal de Goiás**. 2019. Dissertação(mestrado). Faculdade de ciências sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/188/o/2017\\_-\\_Marta.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/188/o/2017_-_Marta.pdf) . Acesso em 25 de abr. 2021.

SOUZA, Ely Ribeiro Souza. Literatura indígena e direitos autorais. In: DORRICO, Julie [et. al.] (orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre: Ed. Fi, 2018. p .51-74.

UFG, Plataforma Analisa. **Painel sobre Assistência estudantil e modalidade atendimento direto**. Disponível em: <https://analisa.ufg.br/p/34884-assistencia-estudantil>. Acesso em: 03 abr. 2021.

UFG, **Portaria nº 17/SEI de 16 de setembro de 2020**. Orientação que a Bolsa Permanência (PNAES/UFG), atenda de forma excepcional e temporárias os estudantes indígenas e quilombolas do programa UFGInclui. Disponível em: <https://prae.ufg.br/p/31957-portarias-2020> . Acesso em: 03 abr. 2021.

UFG, **Portaria nº 2, de 8 de fevereiro de 2021**. Revoga a portaria SEI Nº13, DE 12 De agosto e dispõe o atendimento realizado pela PRAE/UFG aos estudantes dos cursos de graduação(presencial). Disponível em: <https://prae.ufg.br/p/36990-portarias-2021>. Acesso em: 04 abr. 2021.

UFG, **Portaria nº 5, de 8 de fevereiro de 2021**. Revoga a Portaria PRAE/UFG Nº19 de setembro de 2019 e institui a Bolsa Apoio Pedagógico e dá outras providencias. Disponível em: <https://prae.ufg.br/p/36990-portarias-2021>. Acesso em 04 abr. 2021.

UFG, **Portaria nº 19 de 2 de setembro de 2019**. Regulamentação a Bolsa Permanência (PNAES/UFG). Disponível em: <https://prae.ufg.br/p/27745-portarias-2019> . Acesso em: 03 abr. 2021.

UFG, **Portaria nº 6, de 11 de fevereiro de 2021**. Modalidade de Bolsas e Valores de Assistência Estudantil 2021. Disponível em: <https://prae.ufg.br/p/36990-portarias-2021>. Acesso: em 03 abr. 2021.

UFG, **Portaria nº 9 de março de 2021**. Institui, em Caráter excepcional e emergencial, o Programa de Atendimento Especial a Estudantes Indígenas e Quilombolas (PAEIQ), que deixaram de ser atendidos pelo Programa Bolsa Permanência/MEC, por terem excedido o tempo máximo de vinculação previsto conforme a Portaria MEC 389/2013. Disponível em: <https://prae.ufg.br/p/36990-portarias-2021>. Acesso em: 04 abr. 2021.

UFG, **Portaria SEI nº 4, de 14 de fevereiro de 2020**. Referente a modalidades e valores de bolsas de assistência estudantil 2020. Disponível em: <https://prae.ufg.br/p/31957-portarias-2020>. Acesso: em 03 de abr. de 2021.

UFG, **Portaria SEI nº 27, de 13 de setembro de 2019**. Referentes a Valores e Modalidades de Bolsas de Assistência estudantil de 2019. Disponível em: <https://prae.ufg.br/p/27745-portarias-2019>. Acesso: em 03 abr. 2021.

WERÁ, Kaká. **Coordenação de Sergio Cohn e de Idjahure Kadiwel**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2017.

XAKRIABÁ, CORREA Célia Nunes. **O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de Autoria Xakriabá**: reativação da memória por uma educação territorializada. 2018. Dissertação de Mestrado– Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT). Brasília/DF, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34103>. Acesso em: 25 abr. 2021.